

Termo de Referência 90/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
90/2023	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	CESAR AUGUSTO DI DOMENICO	10/10/2023 16:44 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; 94/2023	23205.021220/2023-71	

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de SEGURO TOTAL para os veículos da frota da UFFS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Denominação	Ano / Modelo	Portas	Quant.	Valor unitário anual	Total estimado 2 anos
1	3969002100000	SEGURO CHEVROLET MERIVA SS PLACAS DMY-7E52	2005/2006	4	2	3.242,76	6.485,52
2	3969002100001	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS IVS-8B31	2014/2014	4	2	6.090,21	12.180,42
3	3969002100002	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-0917	2011/2011	4	2	5.759,30	11.518,60
4	3969002100003	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-1097	2011/2011	4	2	5.759,30	11.518,60
5	3969002100004	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-1187	2011/2011	4	2	5.690,48	11.380,96
6	3969002100005	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-1257	2011/2011	4	2	5.759,30	11.518,60
7	3969002100006	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MJB-8526	2011/2011	4	2	5.759,30	11.518,60
8	3969002100007	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS OKG-5459	2014/2015	4	2	6.646,39	13.292,78
9	3969002100008	SEGURO FIAT PALIO PLACAS DZA-0489	2009/2010	4	2	3.943,89	7.887,78
10	3969002100009	SEGURO FIAT UNO PLACAS ALJ-2668	2003/2003	4	2	2.248,04	4.496,08
11	3969002100010	SEGURO FORD CARGO 712 PLACAS MHX-3911	2010/2011	2	2	7.974,41	15.948,82
12	3969002100011	SEGURO FORD FIESTA PLACAS AMC-5844	2004/2004	4	2	3.745,23	7.490,46
13	3969002100012	SEGURO FORD KA PLACAS MLM-5671	2013/2013	4	2	2.372,99	4.745,98
14	3969002100013	SEGURO FORD KA PLACAS MLM-6051	2013/2013	4	2	2.372,99	4.745,98
15	3969002100014	SEGURO FORD KA PLACAS MLM-6111	2013/2013	4	2	2.372,99	4.745,98
16	3969002100015	SEGURO FORD RANGER PLACAS MKM-3371	2011/2012	4	2	5.665,91	11.331,82
17	3969002100016	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIH-2733	2011/2011	4	2	8.353,29	16.706,58

18	3969002100017	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIS-8853	2011/2011	4	2	8.353,29	16.706,58
19	3969002100018	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIS-8943	2011/2011	4	2	8.353,29	16.706,58
20	3969002100019	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIV-2563	2011/2011	4	2	8.353,29	16.706,58
21	3969002100020	SEGURO NISSAN FRONTIER PLACAS MIO-4481	2010/2011	4	2	5.249,61	10.499,22
22	3969002100021	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5059	2009/2010	5	2	3.285,22	6.570,44
23	3969002100022	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5249	2009/2010	5	2	3.285,22	6.570,44
24	3969002100023	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5259	2009/2010	5	2	3.285,22	6.570,44
25	3969002100024	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5279	2009/2010	5	2	3.285,22	6.570,44
26	3969002100026	SEGURO NISSAN SENTRA PLACAS MIP-0451	2010/2011	5	2	4.099,66	8.199,32
27	3969002100027	SEGURO PEUGEOT BOXER PLACAS MHO-0301	2009/2010	4	2	7.106,18	14.212,36
28	3969002100028	SEGURO RENAULT KANGOO PLACAS AXS-2935	2013/2014	4	2	4.437,12	8.874,24
29	3969002100029	SEGURO RENAULT SANDERO PLACAS MML-3992	2014/2014	5	2	2.520,17	5.040,34
30	3969002100030	SEGURO VOLKSWAGEN AMAROK PLACAS MLK-3120	2013/2014	4	2	6.696,27	13.392,54
31	3969002100031	SEGURO VOLKSWAGEN AMAROK PLACAS MLK-3170	2013/2014	4	2	6.724,90	13.449,80
32	3969002100032	SEGURO VOLKSWAGEN GOL PLACAS AOX-2610	2007/2008	5	2	3.858,23	7.716,46
33	3969002100033	SEGURO VOLKSWAGEN GOL PLACAS ELP-7718	2010/2011	5	2	2.438,55	4.877,10
34	3969002100034	SEGURO VOLKSWAGEN GOLF PLACAS JQS-9497	2005/2006	5	2	2.517,75	5.035,50
35	3969002100035	SEGURO VOLKSWAGEN SPACEFOX PLACAS OKG-5449	2014/2014	5	2	4.257,78	8.515,56
Total estimado da Licitação							343.727,50

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é um serviço relevante e contratado de forma contínua pela UFFS, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 234780000150-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 14/02/2023

III) Id do item no PCA: 1226

IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES(EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO)EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA

V) Identificador da Futura Contratação: PROJETO 94/2023

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Dos critérios de Sustentabilidade

4.1.1. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 5ª Edição, julho/2022, recomendamos que a Contratada observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços contratados, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

4.1.2. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133, de 2021, tem relação com o ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, que visa “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis” e fixou em sua meta nº 12.7, a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

4.1.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. O agendamento da vistoria poderá ser realizada junto ao Departamento de Transportes e Logística (DTL) através do e-mail transportes.reitoria@uffs.edu.br ou telefone (49) 2049-3102.

4.6.2. Quando do agendamento da vistoria deverão solicitar ao responsável pelo Departamento de Transporte e Logística o endereço onde o veículo se encontra bem como o nome do responsável no Campus apto a acompanhar a vistoria.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.9. O fato de a seguradora não se utilizar da faculdade de realizar vistoria prévia dos veículos, não configura motivo para que a seguradora, posteriormente, condicione a emissão da apólice a realização de vistoria, ou seja, a Seguradora não poderá realizar vistoria na frota da UFFS após a apresentação das propostas.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediata a contar da assinatura do contrato;

5.1.2. No caso de ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá garantir o pagamento da cobertura contratual a CONTRATANTE.

5.1.3. Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a CONTRATADA deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.

5.1.4. No caso de sinistro, será realizada vistoria pela CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no endereço indicação no momento da abertura do chamado/sinistro pelo condutor ou representante da UFFS.

5.3. Os serviços serão prestados em tempo integral 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. Dos riscos cobertos - seguro total:

5.4.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional conforme segue:

- 5.4.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- 5.4.1.2. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- 5.4.1.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento, abalroamento, ainda que com veículos da própria Universidade.
- 5.4.1.4. Incêndios e explosões ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- 5.4.1.5. Raios e suas consequências.
- 5.4.1.6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre veículo.
- 5.4.1.7. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- 5.4.1.8. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
- 5.4.1.9. Danos causados por granizo, furacão e terremotos.
- 5.4.1.10. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais).
- 5.4.1.11. Acidente pessoal (APP – Morte ou Invalidez).
- 5.4.1.12. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- 5.4.1.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante, sem limite de quilometragem;
- c) Assistência com socorro mecânico;
- d) Guincho, dentro e fora dos limites do Estado do CEP de pernoite do veículo, sem limite de quilometragem para todos os veículos;
- e) Transporte dos passageiros e do condutor, a cargo da seguradora, por imobilização/pane, roubo/furto e acidente do veículo segurado.

5.5. Da apólice

5.5.1. Deverá ser emitida uma apólice para os veículos relacionados conforme a data e os prazos estipulados pela UFFS, devendo a mesma ser entregue pela contratada no prazo de 15 (dias) a contar a partir do início da vigência. Deverá constar na apólice referida:

- 5.5.1.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- 5.5.1.2. Prêmios discriminados por cobertura;
- 5.5.1.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores aqui definidos.

5.5.2.. A apólice terá validade a contar da data de assinatura do contrato.

5.5.3. A empresa deverá entregar a apólice ao responsável pelo Departamento de Transportes da UFFS, através do e-mail transportes.reitoria@uffs.edu.br.

5.5.4. Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento do pedido expresso emitido pelo Departamento de Transportes da UFFS.

5.5.5. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos no contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

5.6. Da avaria

5.6.1. Caso exista alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluída da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

5.6.2. Após procedimento de recuperação, pela UFFS durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

5.6.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

5.6.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

5.7. Do aviso do sinistro

5.7.1. A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

5.7.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

5.7.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

5.7.4. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

5.8. Regulação de sinistro

5.8.1. Ocorrendo sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

5.8.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, a UFFS poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar com o ônus da execução integralmente.

5.8.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da UFFS.

5.8.4. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Contratante. Não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

5.8.5. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

5.8.6. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Contratada ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

5.9. Dos bônus

5.9.1. A licitante vencedora deverá elevar em 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices e em caso de renovação, elevar o bônus em mais 1 (um) para cada ano de vigência.

5.10. Da franquia

5.10.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

5.10.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo de:

5.10.2.1. Automóveis R\$ 2.000,00;

5.10.2.2. Caminhonetes e caminhões R\$ 4.000,00;

5.10.2.3. Vans e Micro-ônibus R\$ 5.000,00;

5.10.2.4. Ônibus R\$ 6.000,00.

5.10.3. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela UFFS, prioritariamente, à Concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

5.10.3.1. Caso a Concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

5.10.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

5.11. Das coberturas

5.11.1. Os valores de coberturas referentes a casco, danos materiais/terceiros, danos corporais/terceiros, danos morais, capital segurado por passageiro em caso de morte, e capital segurado por passageiro em caso de invalidez permanente, deverão ser contemplados na apólice conforme valores da tabela a seguir:

Tipo de Veículo	Danos Materiais	Danos Pessoais	Morte	Invalidez	Danos Morais
Automóveis	50.000,00	50.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Caminhonetes e caminhões	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Vans e Micro-ônibus	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Ônibus	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00

5.11.2. As apólices deverão contemplar cobertura para vidros, faróis, lanternas, retrovisores e parabrisa.

5.12. Salvados

5.12.1. Uma vez pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.13. Da indenização

5.13.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da Contratada.

5.13.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela Seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Contratada.

5.13.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

5.14. Da indenização integral

5.14.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 50% (cinquenta por cento) do valor referenciado. Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

5.15. Da inclusão e substituição

5.15.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.

5.15.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Contratada deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.15.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, ao Setor de Transportes da UFFS.

5.15.4. Caberá ao Departamento de Transportes e Logística da UFFS, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

5.16. Da exclusão

5.16.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veículo (s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div M = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

M = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

5.16.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela UFFS à operadora do referido seguro.

5.16.3. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento, via carta com aviso de recebimento ou notificação pessoal.

5.16.4. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

5.16.5. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo ao Departamento de Transportes e Logística da UFFS.

5.17. Da subcontratação

5.17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5.18. Informações complementares

5.18.1. Os veículos são conduzidos por servidores autorizados pela instituição e motoristas terceirizados profissionais, devidamente habilitados.

5.18.2. As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

5.18.3. Os veículos desta Universidade não utilizam garagem em tempo integral, porém, geralmente, pernoitam em garagens de propriedade da UFFS.

5.18.4. Deverá ser incluída no edital de licitação, a exigência de apresentação, na fase de habilitação, da Certidão, emitida pela SUSEP, comprovando que a Seguradora licitante não se encontra em regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.1. Apresentação das apólices de seguro dos veículos emitidas corretamente;

7.2. O pagamento será realizado anualmente.

7.2.1. O primeiro pagamento será realizado considerando os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato.

7.2.2. Os pagamentos seguintes serão realizados considerando a vigência de 12 meses incluindo o reajuste previsto em contrato e realizado por simples apostila.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34. A cessão de crédito não afetar a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. A apresentação da proposta da empresa deverá apresentar os valores das franquias conforme item 5.10. deste Termo de Referência.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.28. Registro ou inscrição da empresa na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, em plena validade;

8.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 343.727,50

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 343.727,50 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26440/158517

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno: MR007N0101N

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADILSON ZACARIAS DA SILVA

Equipe de planejamento

GELSON ROQUE GUZZON

Equipe de planejamento

ANNI KELLEN CUNICO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 10/10/2023 às 16:44:42.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP45_2023.pdf (92.31 KB)
- Anexo II - MR45_2023.pdf (48.17 KB)
- Anexo III - Modelo de declaração de vistoria.pdf (78.9 KB)

Anexo I - ETP45_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 45/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.021220/2023-71

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de Seguro Total para a frota de veículos da UFFS.

2.2. Considerando que a idade média da frota estar próxima de 10 anos, que por várias vezes ocorreram panes nos veículos, que já ocorreram vários sinistros, principalmente com acionamento de seguro contra terceiros, que as viagens realizadas pela UFFS ocorrem entre os três estados do sul do Brasil com quilometragens consideráveis em cada viagem, a contratação do seguro de veículos é essencial para a segurança dos servidores e outros usuários que necessitam realizar deslocamentos com os veículos da frota própria da UFFS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Transportes e Logística - DTL	Gelson Roque Guzzon

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Do prazo de execução

4.1.1. A vigência contratual pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

4.1.2. O prazo para início da execução do serviço é de imediata a contar da assinatura do contrato, devendo a contratada apresentar apólices de seguro compatíveis com as datas de vigência do contrato.

4.2. Das especificações do objeto

4.2.1. Contratação de seguro total para 35 veículos da frota da UFFS.

4.2.2. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que a contratação de Seguro total para a frota de veículos da Universidade Federal da Fronteira Sul compreende os veículos lotados nas cidades de Chapecó/SC, Erechim/RS, Cerro Largo/RS, Passo Fundo/RS, Realeza/PR e Laranjeiras do Sul/PR, com assistência 24 horas.

4.2.3. A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente na prestação dos serviços de SEGURO TOTAL para os veículos da frota da UFFS.

4.2.4. Da necessidade de vistoria: Considerando as características da contratação é facultado aos Licitantes, a realização de vistoria para conhecimento dos veículos e locais onde estarão baseados. O agendamento da vistoria deverá ser realizado através do e-mail transportes.reitoria@uffs.edu.br, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min.

4.2.5 Considerando as características e complexidade do objeto pretendido, para a presente deverá ser formalizado Termo de Contrato.

4.2.6. Os serviços pretendidos possuem natureza continuada, em razão de ser um objeto considerado pela UFFS como relevante e contratado de forma contínua. Caso a contratação não ocorra, a instituição corre o risco de ficar com veículos parados em razão de sinistros ocorridos.

4.3. Da autorização da SUSEP

4.3.1. As licitantes deverão apresentar o ato de registro ou autorização para a operação de seguros, expedido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;

4.3.2. Apresentação de Certidão, emitida pela SUSEP, comprovando que a Seguradora licitante não se encontra em regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

4.4. Do pagamento

4.4.1 O pagamento será realizado anualmente.

4.4.2. O primeiro pagamento será realizado considerando os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato.

4.4.3. Os pagamentos seguintes serão realizados considerando a vigência de 12 meses incluindo o reajuste previsto em contrato e realizado por simples apostila.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para este objeto existem duas opções disponíveis no mercado, seguro contra terceiros e seguro total.

5.2. Para esta contratação a opção mais adequada é a contratação de seguro total considerando que o principal objetivo desta contratação é a segurança patrimonial dos veículos próprios da UFFS.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. DOS RISCOS COBERTOS - SEGURO TOTAL

6.1.1 O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional conforme segue:

6.1.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

6.1.1.2. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

6.1.1.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento, abalroamento, ainda que com veículos da própria Universidade.

6.1.1.4. Incêndios e explosões ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

6.1.1.5. Raios e suas consequências.

6.1.1.6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre veículo.

6.1.1.7. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

6.1.1.8. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

6.1.1.9. Danos causados por granizo, furacão e terremotos.

6.1.1.10. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais).

6.1.1.11. Acidente pessoal (APP – Morte ou Invalidez).

6.1.1.12. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

6.1.1.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- Chaveiro;
- Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante, sem limite de quilometragem;
- Assistência com socorro mecânico;
- Guincho, dentro e fora dos limites do Estado do CEP de pernoite do veículo, sem limite de quilometragem para todos os veículos;
- Transporte dos passageiros e do condutor, a cargo da segurada, por imobilização/pane, roubo/furto e acidente do veículo segurado.

6.2. DA APÓLICE

6.2.1. Deverá ser emitida uma apólice para os veículos relacionados conforme a data e os prazos estipulados pela UFFS, devendo a mesma ser entregue pela contratada no prazo de 15 (dias) a contar a partir do início da vigência. Deverá constar na apólice referida:

6.2.1.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

6.2.1.2. Prêmios discriminados por cobertura;

6.2.1.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores aqui definidos.

6.2.2. A apólice terá validade a contar da data de assinatura do contrato.

6.2.3. A empresa deverá entregar a apólice ao responsável pelo Departamento de Transportes da UFFS, através do e-mail transportes.reitoria@uffs.edu.br.

6.2.4. Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento do pedido expresso emitido pelo Departamento de Transportes da UFFS.

6.2.5. **O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos no contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.**

6.3. DA AVARIA

6.3.1 Caso exista alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluída da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

6.3.2. Após procedimento de recuperação, pela UFFS durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

6.3.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

6.3.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

6.4. DO AVISO DO SINISTRO

6.4.1. A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

6.4.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

6.4.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

6.4.4. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

6.5. REGULAÇÃO DE SINISTRO

6.5.1. Ocorrendo sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

6.5.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, a UFFS poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar com o ônus da execução integralmente.

6.5.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da UFFS.

6.5.4. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da Contratante. Não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

6.5.5. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

6.5.6. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Contratada ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

6.6. DOS BÔNUS

6.6.1. A licitante vencedora deverá elevar em 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices e em caso de renovação, elevar o bônus em mais 1 (um) para cada ano de vigência.

6.7. DA FRANQUIA

6.7.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

6.7.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo de:

- Automóveis R\$ 2.000,00;
- Caminhonetes e caminhões R\$ 4.000,00;
- Vans e Micro-ônibus R\$ 5.000,00;
- Ônibus R\$ 6.000,00.

6.7.3. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela UFFS, prioritariamente, à Concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

6.7.3.1. Caso a Concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

6.7.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

6.8. DAS COBERTURAS

6.8.1. Os valores de coberturas referentes a casco, danos materiais/terceiros, danos corporais/terceiros, danos morais, capital segurado por passageiro em caso de morte, e capital segurado por passageiro em caso de invalidez permanente, deverão ser contemplados na apólice conforme valores da tabela a seguir:

Tipo de Veículo	Danos Materiais	Danos Pessoais	Morte	Invalidez	Danos Morais
Automóveis	50.000,00	50.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Caminhonetes e caminhões	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Vans e Micro-ônibus	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Ônibus	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00

6.8.2. As apólices deverão contemplar cobertura para vidros, faróis, lanternas, retrovisores e pára-brisa.

6.9. SALVADOS

6.9.1. Uma vez pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

6.10. DA INDENIZAÇÃO

6.10.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da Contratada.

6.10.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela Seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Contratada.

6.10.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela Contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

6.11. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL

6.11.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 50% (cinquenta por cento) do valor referenciado. Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

6.12. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

6.12.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.

6.12.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Contratada deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

6.12.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, ao Setor de Transportes da UFFS.

6.12.4. Caberá ao Departamento de Transportes e Logística da UFFS, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

6.13. DA EXCLUSÃO

6.13.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veículo (s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$$X \div M = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

M = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

6.13.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela UFFS à operadora do referido seguro.

6.13.3. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento, via carta com aviso de recebimento ou notificação pessoal.

6.13.4. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

6.13.5. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo ao Departamento de Transportes e Logística da UFFS.

6.14. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6.15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.15.1. Os veículos são conduzidos por servidores autorizados pela instituição e motoristas terceirizados profissionais, devidamente habilitados.

6.15.2. As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

6.15.3. Os veículos desta Universidade não utilizam garagem em tempo integral, porém, geralmente, pernoitam em garagens de propriedade da UFFS.

6.15.4. Deverá ser incluída no edital de licitação, a exigência de apresentação, na fase de habilitação, da Certidão, emitida pela SUSEP, comprovando que a Seguradora licitante não se encontra em regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo da demanda foi estimado considerando a quantidade de veículos próprios ativos da frota da UFFS conforme tabela a seguir:

Item	Código	Denominação	Unid. Med.	Quant. ano
1	3969002100000	SEGURO CHEVROLET MERIVA SS PLACAS DMY-7E52	SERVIÇO	2
2	3969002100001	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS IVS-8B31	SERVIÇO	2
3	3969002100002	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-0917	SERVIÇO	2
4	3969002100003	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-1097	SERVIÇO	2
5	3969002100004	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-1187	SERVIÇO	2
6	3969002100005	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MIP-1257	SERVIÇO	2
7	3969002100006	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS MJB-8526	SERVIÇO	2
8	3969002100007	SEGURO CHEVROLET S10 PLACAS OKG-5459	SERVIÇO	2
9	3969002100008	SEGURO FIAT PALIO PLACAS DZA-0489	SERVIÇO	2
10	3969002100009	SEGURO FIAT UNO PLACAS ALJ-2668	SERVIÇO	2
11	3969002100010	SEGURO FORD CARGO 712 PLACAS MHX-3911	SERVIÇO	2
12	3969002100011	SEGURO FORD FIESTA PLACAS AMC-5844	SERVIÇO	2
13	3969002100012	SEGURO FORD KA PLACAS MLM-5671	SERVIÇO	2
14	3969002100013	SEGURO FORD KA PLACAS MLM-6051	SERVIÇO	2
15	3969002100014	SEGURO FORD KA PLACAS MLM-6111	SERVIÇO	2
16	3969002100015	SEGURO FORD RANGER PLACAS MKM-3371	SERVIÇO	2
17	3969002100016	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIH-2733	SERVIÇO	2
18	3969002100017	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIS-8853	SERVIÇO	2
19	3969002100018	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIS-8943	SERVIÇO	2
20	3969002100019	SEGURO MERCEDES-BENZ SPRINTER PLACAS MIV-2563	SERVIÇO	2
21	3969002100020	SEGURO NISSAN FRONTIER PLACAS MIO-4481	SERVIÇO	2
22	3969002100021	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5059	SERVIÇO	2
23	3969002100022	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5249	SERVIÇO	2
24	3969002100023	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5259	SERVIÇO	2
25	3969002100024	SEGURO NISSAN LIVINA PLACAS MHM-5279	SERVIÇO	2
26	3969002100026	SEGURO NISSAN SENTRA PLACAS MIP-0451	SERVIÇO	2
27	3969002100027	SEGURO PEUGEOT BOXER PLACAS MHO-0301	SERVIÇO	2
28	3969002100028	SEGURO RENAULT KANGOO PLACAS AXS-2935	SERVIÇO	2
29	3969002100029	SEGURO RENAULT SANDERO PLACAS MML-3992	SERVIÇO	2
30	3969002100030	SEGURO VOLKSWAGEN AMAROK PLACAS MLK-3120	SERVIÇO	2
31	3969002100031	SEGURO VOLKSWAGEN AMAROK PLACAS MLK-3170	SERVIÇO	2
32	3969002100032	SEGURO VOLKSWAGEN GOL PLACAS AOX-2610	SERVIÇO	2
33	3969002100033	SEGURO VOLKSWAGEN GOL PLACAS ELP-7718	SERVIÇO	2
34	3969002100034	SEGURO VOLKSWAGEN GOLF PLACAS JQS-9497	SERVIÇO	2
35	3969002100035	SEGURO VOLKSWAGEN SPACEFOX PLACAS OKG-5449	SERVIÇO	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 343.727,50

8.1. O valor total estimado para a contratação do objeto é de R\$ 343.727,5 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

8.2. Este valor foi elaborado com base no orçamento anual apresentado pelos possíveis fornecedores, multiplicado por dois para o valor total para o período dos 24 meses.

Item	Quant. ano	Valor anual	Total 24 meses
1	2	3.242,76	6.485,52
2	2	6.090,21	12.180,42
3	2	5.759,30	11.518,60
4	2	5.759,30	11.518,60
5	2	5.690,48	11.380,96
6	2	5.759,30	11.518,60
7	2	5.759,30	11.518,60
8	2	6.646,39	13.292,78
9	2	3.943,89	7.887,78
10	2	2.248,04	4.496,08
11	2	7.974,41	15.948,82
12	2	3.745,23	7.490,46
13	2	2.372,99	4.745,98
14	2	2.372,99	4.745,98
15	2	2.372,99	4.745,98
16	2	5.665,91	11.331,82
17	2	8.353,29	16.706,58
18	2	8.353,29	16.706,58
19	2	8.353,29	16.706,58
20	2	8.353,29	16.706,58
21	2	5.249,61	10.499,22
22	2	3.285,22	6.570,44
23	2	3.285,22	6.570,44
24	2	3.285,22	6.570,44
25	2	3.285,22	6.570,44
26	2	4.099,66	8.199,32
27	2	7.106,18	14.212,36
28	2	4.437,12	8.874,24
29	2	2.520,17	5.040,34
30	2	6.696,27	13.392,54
31	2	6.724,90	13.449,80
32	2	3.858,23	7.716,46
33	2	2.438,55	4.877,10
34	2	2.517,75	5.035,50
35	2	4.257,78	8.515,56
Total		171.863,75	343.727,50

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Os itens do presente estudo deverão ser agrupados em grupo único em razão da contratação de seguro para uma apólice de frota é economicamente mais vantajosa para a Administração em relação a contratação de apólice por veículo, pois os valores

para frota são menores que os valores individuais por veículos. Assim, considerando o mercado prestador de serviços de seguros, a emissão de uma apólice de frota além de gerar economicidade para a Administração também se mostra vantajosa em razão de facilitar a gestão e a fiscalização do contrato por parte da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para atendimento da necessidade institucional, objeto do presente Estudo, verifica-se que a solução se relaciona com o processo nº 23205.010768/2022-12, Pregão eletrônico nº 12/2022, contrato nº 22/2022.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida está contemplada no Planejamento Pluri Anual no Objetivo específico 4 - Prover, com os campi da UFFS, os serviços de transporte institucionais. Também no Planejamento Anual do ano 2023 através do Plano de Ação denominado PROAD007 - Gestão da frota própria da UFFS e no Plano Anual de Contratações PROJETO 94/2023, item nº 1226.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manter a frota de veículos em um padrão de segurança, minimizando os riscos de possíveis perdas patrimoniais, tendo em vista a grande quantidade de condutores que utilizam tais veículos. Viabilizar as atividades institucionais, sendo meio indispensável ao seu bom funcionamento e ao desempenho eficiente e efetivo para a sua finalidade. Visa dar maior tranquilidade e segurança no atendimento e desenvolvimento das atividades fins da Universidade, que são o ensino, a pesquisa e extensão, além das demandas administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratação do objeto do presente estudo não prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será realizado o objeto ou de rotinas administrativas da Unidade Requisitante, tendo em vista a atual execução do contrato nº 22 /2022 de mesmo objeto desta contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade vigentes e de acordo com o Plano de Logística Sustentável da UFFS, a Equipe de Planejamento verificou os possíveis impactos ambientais que envolvem a presente contratação. Neste caso não há impacto ambiental relacionado com a contratação pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação de um seguro para os veículos pertencentes aos entes federais é forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere danos materiais, corporais e/ou morais. Também considerando o valor de custo da frota, quilometragem percorrida anualmente, quantidade de condutores e o valor que deverá ser pago pelo seguro, é viável a realizar esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADILSON ZACARIAS DA SILVA

Integrante da Equipe de Planejamento

GELSON ROQUE GUZZON

Integrante da Equipe de Planejamento

ANNI KELLEN CUNICO

Gestor responsável pela Unidade

Anexo II - MR45_2023.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

45/2023

Responsável pela Edição

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Data de Criação

18/07/2023 08:31

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de serviços de SEGURO TOTAL para os veículos da frota da UFFS

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificação insuficiente dos serviços	Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade atual da Unidade, em especial de alguma necessidade específica para atendimento de demanda (s) singular (es).	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Os serviços não atenderão todas as necessidades.					
2	Haverá prejuízos às atividades da UFFS.					
Ações Preventivas						
P-01	Descrever o (s) item (ns) do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
P-02	Descrever de forma detalhada como os serviços deverão ser prestados.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
P-03	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de realização do serviço.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
Ações de Contingência						
C-01	Estudar o grau de insuficiência e verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
C-02	Iniciar um novo processo licitatório para atender as necessidades de forma plena.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Licitação deserta ou fracassada	Falha na fase interna do processo licitatório ou grande variação de preços praticados pelo mercado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Demora na contratação do serviço.					
2	As atividades da unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar de forma adequada os valores dos serviços, de forma que seja economicamente viável o contrato ao (s) licitante (s).			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
Ações de Contingência						
C-01	Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado. Corrigir a pesquisa de preços.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Interrupção do serviço por insolvência ou abandono da contratada	Verificação incorreta das condições de qualificação econômico-financeira do licitante contratado pelo setor de aquisição, licitações e contratos.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Interrupção dos serviços prestados.					
2	Abandono do instrumento de contrato por parte da contratada.					
3	As atividades da UFFS serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliar de forma criteriosa a qualificação econômico-financeira do licitante vencedor para assegurar que ele tem as garantias requisitadas pela lei.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		

Ações de Contingência		
C-01	Verificar a possibilidade de rescisão contratual.	Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON
C-02	Abrir processo administrativo sancionador	Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Serviço prestado de forma ineficaz ou em níveis de produtividade insuficiente	Fiscalização ineficiente do serviço pelo fiscal de contrato.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	

Impactos						
1	Haverá prejuízos às atividades da UFFS.					
2	Os serviços não atenderão todas as necessidades da UFFS.					

Ações Preventivas						
P-01	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
P-02	Estabelecer um índice de medição do serviço eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		

Ações de Contingência						
C-01	Notificar o fornecedor sobre a insuficiência na prestação do serviço.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
C-02	Comunicar ao Gestor do Contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo sancionador.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		
C-03	Abrir processo administrativo sancionador.			Responsáveis: ADILSON ZACARIAS DA SILVA, GELSON ROQUE GUZZON		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

GELSON ROQUE GUZZON

Equipe de planejamento

ADILSON ZACARIAS DA SILVA

Equipe de planejamento

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Autoridade competente

Anexo III - Modelo de declaração de vistoria.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
www.uffs.edu.br

DECLARAÇÃO DE VISTORIA Pregão Eletrônico nº 26/2023

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº_____,
sediada_____(endereço), por intermédio
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 26/2023,
DECLARA expressamente que vistoriou os veículos objeto da licitação, estando ciente das
condições de execução do serviço de SEGURO TOTAL dos veículos, não podendo em hipótese
alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos elaboração da
Proposta de Preços apresentada.

Local, ____ de _____ de 2023.

(Representante legal do fornecedor, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)

OU

_____(nome da empresa), CNPJ nº_____,
sediada_____(endereço), por intermédio
de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA** que tem pleno conhecimento de todas as
informações do Pregão Eletrônico nº 26/2023, necessárias para subsidiar a formulação da Proposta
de Preços apresentada, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das
peculiaridades porventura existentes.

Local, ____ de _____ de 2023.

(Representante legal do fornecedor, no âmbito do Pregão Eletrônico, com identificação completa)



Emitido em 11/10/2023

F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9/2023 - DTL (10.46.03.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/10/2023 10:10)

ADILSON ZACARIAS DA SILVA

CHEFE

SET (10.46.03.04.01)

Matrícula: ###646#9

(Assinado digitalmente em 11/10/2023 09:21)

ANNI KELLEN CUNICO

SUPERINTENDENTE

SUADM (10.46.03)

Matrícula: ###436#5

(Assinado digitalmente em 11/10/2023 09:16)

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

ADMINISTRADOR

SUADM (10.46.03)

Matrícula: ###436#4

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **9**,
ano: **2023**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **11/10/2023** e o código de verificação:
625bf7865b